

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1268/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **7ª RPM – MG-15.870.729 BRUNO LUIZ DA SILVA FERREIRA, MG-16.957.252 BRÁULIO GERALDO GONÇALVES SILVA, MG-16.017.176 DAYANA KARLA XAVIER, MG-16.646.959 DIEGO CHRISTIANO SILVA ROSA, MG-15.676.222 FABRÍCIO RAYNER MIRANDA DE ANDRADE, MG-14.426.808 GERLAINE DE FÁTIMA MARINHO, MG-13.386.337 GILLIARDI DIAS PEREIRA, 13.060.447 HENRIQUE MARTINS CÂNDIDO, MG-14.728.699 JAMES DEAN AMORIM, MG-15.387.407 JOSÉ PAULO ROMAN BARROSO, MG-12.615.274 LEANDRO DE PAULA SANTOS, MG- 11.555.033 LEILIANE NUNES DA SILVA, MG-11.884.409 MARCO TÚLIO DE ANDRADE CURY, MG-16.019.263 MARCOS PAULO ALVES DE OLIVEIRA, MG-15.702.966 MATHEUS ALVES SILVA, MG-15.493.045 MATEUS VINÍCIUS DE OLIVEIRA BRAGA, MG-13.314.502 RICARDO INÁCIO DA SILVA, MG-13.034.119 VALMIR NASCIMENTO DOS SANTOS, MG-12.905.421 WELETON DE SOUZA SOARES E MG-13.343.891 WELLINGTON JOSÉ DE FARIA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de

Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " *ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1269/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato da **7ª RPM – MG- 12.359.298 PAULO ROBSON PEREIRA SILVA** interpôs recurso administrativo, em face de ter sido contraindicado no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado teve acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contraindicação para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise do recurso interposto pelo candidato, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desse para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** o pedido, com base no parecer técnico, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado do candidato recorrente para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

**(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS**

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1270/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato da **7ª RPM – MG-14.982.520 DEIVID DOS SANTOS COSTA** interpôs recurso administrativo, em face de ter sido contraindicado no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contraindicação, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise do recurso interposto pelo candidato, emitiu

parecer **retificando** a contraindicação desse, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** o pedido, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contraindicado do candidato para a situação de Indicado, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado);

2.3 determinar à Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contraindicado para indicado do candidato, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por ele nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1271/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 o candidato da **7ª RPM – MG-11.589.549 FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS** interpôs recurso administrativo, em face de ter sido contraindicado no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contraindicação, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise do recurso interposto pelo candidato, emitiu

parecer **retificando** a contraindicação desse, para ingresso na PMMG, com fulcro no parecer técnico devidamente fundamentado,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer do recurso, posto que apresenta os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** o pedido, com base no parecer técnico, alterando-se, ao final, a situação de contraindicado do candidato para a situação de Indicado, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado);

2.3 determinar à Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contraindicado para indicado do candidato, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por ele nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1272/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **7ª RPM – MG-8.348.014 ALEXANDRE FARIAS DE MIRANDA, MG-7.799.236 ITAMAR DE OLIVEIRA RODRIGUES, MG-11.181.233 KLEBER GONTIJO AMARAL, MG-13.822.670 PABLO DE CASTRO MENEZES, MG-16.334.134 PEDRO HENRIQUE SILVA, MG-13.058.158 RAMON MARQUES AMÂNCIO E MG-10.673.205 RICARDO IBRAHIM DE OLIVEIRA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para

ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " *ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.*";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1273/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **7ª RPM – MG-12.788.204 DANIELLE CRISTINA DE SOUZA CRUZ, MG-11.358.994 GUILHERME GAMA SILVA, MG-16.389.309 LAIS TAMIRES DE CARVALHO PINTO, MG-12.959.248 RAMON LUIZ SANTANA PÊGO, MG-15.718.681 RICARDO DE OLIVEIRA SANTOS E MG-12.089.654 ROBERTO ELIAS RIBEIRO** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contra-indicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação";

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que "*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*";

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contra-indicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo "E", grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contra-indicado tem acesso às suas razões de contra-indicação através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado, das razões de sua contra-indicação para

ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 as avaliações psicológicas realizadas pela PMMG seguem orientações técnicas específicas, objetivando aferir os traços de personalidade incompatíveis para admissão/inclusão na PMMG;

1.9 há disposição legal prevista no artigo 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que aduz, *in verbis* " ao Psicólogo é vedado apresentar, publicamente, através de meios de comunicação, resultados de psicodiagnósticos de indivíduos ou grupos, bem como interpretar ou diagnosticar situações problemáticas, oferecendo soluções conclusivas.";

1.10 a Administração Pública, nos concursos públicos, deve observar estritamente o princípio da legalidade, sendo-lhe defeso afastar-se das regras contidas no Edital regulador do certame;

1.11 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **ratificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **indeferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, mantendo-se ao final, a situação de contraindicado dos candidatos recorrentes para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado).

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

POLÍCIA MILITAR

DE MINAS GERAIS

Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 1285/10-DRH/CRS

O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições previstas nos incisos I e II, número 34 do artigo 10, incisos 3 a 5 do artigo 26, aprovado pelo Decreto nº 18.445, de 15/04/77 (R-100), nos termos da Resolução nº 4.016, de 17/04/2009 e o Edital DRH/CRS nº 07, de 05/05/2009, que regula o concurso público para provimento de cargo de soldado de 1ª classe da Polícia Militar de Minas Gerais para o ano de 2010 – cujas vagas são destinadas às unidades das Regiões de Polícia Militar (RPM), lotadas no interior do Estado (CTSP/2010 - INTERIOR), publicado no “Minas Gerais” nº 079 , de 06/05/2009 e,

CONSIDERANDO QUE:

1.1 os candidatos da **7ª RPM – MG-12.390.161 NAYARA DE OLIVEIRA SILVA ROMEIRO E MG-16.434.420 OSNY MARQUES FREIRE FARIA** interpuseram recursos administrativos, em face de terem sido contraindicados no exame psicológico;

1.2 as normas aplicáveis ao concurso público para provimento dos cargos de Soldado de 1ª Classe da PMMG são as previstas no preâmbulo do Edital DRH/CRS nº 07, de 05 de maio de 2009;

1.3 o fundamento jurídico que dá legitimação a realização do concurso público é encontrado na Constituição Federal/88 (art. 37) e na Constituição Mineira (art. 39), dispondo este último que o servidor público militar será regido por estatuto próprio, estabelecido em lei complementar;

1.4 conforme preceitua o disposto no artigo 5º inciso X da CR/88, *in verbis* “*são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação*”;

1.5 a Súmula 686 do STF dispõe que “*Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público*”;

1.6 a regulamentação dos fatores psicológicos de contraindicação para ingresso na PMMG são os previstos na Resolução Conjunta de Saúde nº 3692/02, anexo “E”, grupo XVI, itens 1 a 8, dispondo o Edital que a indicação no exame psicológico é requisito indispensável para a matrícula no curso e inclusão na PMMG;

1.7 em conformidade com o Edital, o candidato contraindicado tem acesso às suas razões de contraindicação, através da entrevista de devolução, ocasião em que tomou conhecimento, pessoalmente ou através de psicólogo civil legalmente contratado das razões de sua contraindicação, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado), mediante o acesso ao laudo e exames produzidos;

1.8 **no mérito**, a Comissão de Recursos, devidamente nomeada para este fim e após análise dos recursos interpostos pelos candidatos, emitiu parecer **retificando** a contraindicação desses, para ingresso na PMMG, com fulcro nos pareceres técnicos devidamente fundamentados,

2 RESOLVE:

2.1 conhecer dos recursos, posto que apresentam os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade;

2.2 **deferir** os pedidos, com base nos pareceres técnicos, alterando-se, ao final, a situação de contraindicados dos candidatos para a situação de Indicados, para ingresso no CTSP/10 (vagas para o interior do Estado);

2.3 determinar à Chefe do CRS que tome as demais medidas decorrentes, visando a efetivação deste ato, principalmente no tocante à alteração da situação de contraindicados para indicados dos candidatos, procedendo ao final nova classificação, observando as notas alcançadas por eles nas fases anteriores do concurso.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belo Horizonte - MG, 01 de julho de 2010.

(a)JUAREZ NAZARETH, CORONEL PM
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS